

LYGIA MARIA COPI

Ana Carolina Brochado Teixeira

Prefácio

INFÂNCIAS, PROTEÇÃO
E AUTONOMIA

O EXERCÍCIO DE DIREITOS POR
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C783i Copi, Lygia Maria

Infâncias, proteção e autonomia: o exercício de direitos por crianças e adolescentes / Lygia Maria Copi. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
230p. ; 14,5cm x 21,5cm

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5518-455-6

1. Direito Civil. 2. Direitos Humanos. 3. Direito das Infâncias. I. Título.

2022-2328

CDD 347
CDU 347

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COPI, Lygia Maria. *Infâncias, proteção e autonomia: o exercício de direitos por crianças e adolescentes*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 230p. ISBN 978-65-5518-455-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	17

PARTE I

DISCURSOS SOBRE INFÂNCIA(S) NA
TENSÃO ENTRE PROTEÇÃO E EMANCIPAÇÃO

CAPÍTULO 1

A INFÂNCIA COMO DISPOSITIVO: DISCURSOS CIENTÍFICOS PROTECIONISTAS SOBRE A INFÂNCIA E A EMERGÊNCIA DA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA.....	25
1.1 A história da infância entre (in)visibilidade e controle.....	27
1.2 A infância moderna sob o prefixo da negação: o discurso da psicologia do desenvolvimento, os aportes emancipadores da sociologia da infância e as repercussões no direito	31
1.3 Mídia, tecnologia e o “desaparecimento da infância”: as transformações das vivências infantis na contemporaneidade e os desafios impostos ao direito.....	40
1.4 Conclusões parciais.....	44

CAPÍTULO 2

NARRATIVAS JURÍDICAS SOBRE A INFÂNCIA NO PARADIGMA PROTECIONISTA: MENORIDADE E INCAPACIDADE COMO SINÔNIMOS DE PROTEÇÃO	47
2.1 A perspectiva a tutelar do direito de menores do século XX: a salvação da infância pobre através da repressão e da perda da liberdade.....	48
2.2 A abordagem do direito civil da modernidade: o amparo através da incapacidade e da exclusão de crianças e adolescentes da vida civil.....	57
2.3 A versão patriarcal do direito de família institucional: a proteção através da dominação paterna.....	68
2.4 Conclusões parciais.....	76

CAPÍTULO 3

NARRATIVAS JURÍDICAS SOBRE A INFÂNCIA NO PARADIGMA EMANCIPATÓRIO: AUTONOMIA COMO MEIO DE PROTEÇÃO.....		79
3.1	A doutrina da proteção integral no cenário internacional de direitos humanos: para além dos “velhos” direitos em vista à autonomia.....	80
3.2	A doutrina da proteção integral na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente: tensões, contradições e alguns resquícios da perspectiva tutelar.....	90
3.3	O direito civil constitucional: em defesa da personalização do instituto da capacidade de agir em relação a crianças e adolescentes.....	96
3.4	O direito de família democrático: a autoridade parental em prol da promoção da subjetividade e da autonomia dos filhos.....	102
3.5	Conclusões parciais.....	107

PARTE II

**SÍNTESE ENTRE PROTEÇÃO E EMANCIPAÇÃO:
REPERCUSSÕES DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA
PROGRESSIVA EM MATÉRIA DE EXERCÍCIO DE
DIREITOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

CAPÍTULO 4

A VINCULAÇÃO ENTRE DIREITO E INFÂNCIA(S).....		113
4.1	Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos: qual é o alcance da titularidade de direitos sem a possibilidade de exercício?.....	114
4.2	Melhor interesse de crianças e adolescentes: a quem cabe defini-lo?.....	119
4.3	O princípio da autonomia progressiva de crianças e adolescentes: a resposta que concilia modelos protecionistas e liberacionistas.....	125
4.4	Conclusões parciais.....	135

CAPÍTULO 5

O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PROGRESSIVA E O EXERCÍCIO DE DIREITOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....		137
5.1	O princípio da autonomia progressiva como fundamento de derrotabilidade das regras de capacidade do Código Civil e a questão da segurança jurídica.....	141

5.2	Condições para o afastamento das regras de capacidade de agir em relação a crianças e adolescentes	146
5.2.1	A capacidade para discernir.....	148
5.2.2	Violação do melhor interesse pela atuação ou pela não atuação do representante ou do assistente	151
5.3	O princípio da autonomia progressiva pode autorizar o exercício de quais direitos por crianças e adolescentes?	153
5.4	Tensões familiares e o exercício de direitos existenciais por crianças e adolescentes: experiências jurídicas estrangeiras e horizontes para o direito brasileiro.....	159
5.4.1	Direito à morte digna.....	161
5.4.2	Direito à autodeterminação de gênero.....	169
5.4.3	Direito à interrupção voluntária da gravidez.....	173
5.5	Tensões familiares e o exercício de direitos patrimoniais por crianças e adolescentes: experiências estrangeiras e horizontes para o direito brasileiro	177
5.6	Conclusões parciais.....	182

CAPÍTULO 6

RECONSTRUÇÕES NECESSÁRIAS PARA A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PROGRESSIVA.....

6.1	No âmbito familiar: limites à autoridade parental.....	186
6.2	Nos âmbitos judicial e extrajudicial: acesso à justiça, à figura do defensor de crianças e adolescentes e à mediação familiar intergeracional	190
6.3	No âmbito educacional: por uma educação emancipatória e participativa	200
6.4	No âmbito político: inclusão de crianças e adolescentes nos processos deliberativos	204

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS.....

REFERÊNCIAS.....